

VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [.]

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE CENTRAIS DE ENERGIA ELÉTRICA FOTOVOLTAICA, COM GESTÃO DE SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA EMPRESA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	3
Lista de Figuras	4
1. Apresentação	5
1.1. Introdução.....	5
1.1.1. Resultados.....	5
1.1.2. Receitas.....	6
1.1.3. Tributos.....	6
1.1.4. Despesas Operacionais (OPEX)	8
1.1.4.1. Despesas Operacionais a cargo do Poder Concedente	11
1.1.5. Investimentos (CAPEX)	11
1.1.6. Financiamentos	15
1.1.7. Taxa de Desconto.....	15
2. Demonstrações Financeiras	16
2.1. Demonstração de Resultados no Exercício.....	17
2.2. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	20
2.3. Balanço Patrimonial.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo Dos Parâmetros Financeiros.....	6
Tabela 2 - Regime De Tributação.....	7
Tabela 3 - Tributos Devidos.....	7
Tabela 4 - Despesas Operacionais - Opex.....	8
Tabela 5 - Premissas De Seguros E Garantias	10
Tabela 6 - Custos TUSD Geração Devidos.....	11
Tabela 7 - Custo De Disponibilidade – Grupo B.....	11
Tabela 8 - Despesas Pré-Operacionais.....	12
Tabela 9 - Premissas Para Estimativa De Capex Das Centrais De Energia Elétrica Fotovoltaica.....	13
Tabela 10 - Capex.....	13
Tabela 11 - Valor Dos Reinvestimentos	14
Tabela 12 - Consolidado Dos Custos Com Capex Ao Longo De Todo Prazo De Concessão.....	14
Tabela 13 - Características Do Financiamento Bndes.	15
Tabela 14 - Cálculo Da Taxa Wacc.....	16
Tabela 15 - Variáveis Utilizadas Na Taxa Wacc.....	16
Tabela 16 - Demonstração De Resultados Consolidada Dos Anos 2022 A 2033.....	18
Tabela 17 - Demonstração De Resultados Consolidada Dos Anos De 2034 A 2045....	19
Tabela 18 - Demonstração De Fluxos De Caixa Consolidada Dos Anos De 2022 A 2033	21
Tabela 19 - Demonstração De Fluxos De Caixa Consolidada Dos Anos 2034 A 2045.	22
Tabela 20 - Balanço Patrimonial Consolidado Dos Anos 2022 A 2033	24
Tabela 21 - Balanço Patrimonial Consolidado Dos Anos 2034 A 2045.....	25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tributos Devidos	8
Figura 2 - Despesas Operacionais - Opex.....	9
Figura 3 - Equipe Projetada Para Spe.....	9
Figura 4 - Distribuição Anual De Opex.	10
Figura 5 - 1º Ciclo Capex.....	14

1. Apresentação

1.1. Introdução

O Projeto das Centrais Fotovoltaicas tem como objetivo a implantação, manutenção e operação de Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaica de Energia Elétrica, com gestão de serviços de compensação de créditos, para atender a demanda energética das estruturas físicas da Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul - SANESUL.

A ANEEL diferencia os consumidores entre grupo A, de alta tensão, e grupo B, de baixa tensão. A divisão ocorre devido às diferenças de tensão e isso é refletido nas tarifas, que são formadas e cobradas de maneiras distintas.

Considerando que a premissa do projeto é a redução dos custos com a utilização de energia elétrica nas instalações da SANESUL, o escopo do projeto abrange apenas as unidades consumidoras do grupo B (baixa tensão), as quais se mostraram viáveis para a Geração distribuída.

Para as unidades do Grupo A, atualmente é financeiramente mais vantajoso permanecer com o atendimento do suprimento de energia elétrica pela distribuidora local devido a uma tarifa de energia mais competitiva. A tarifa de energia passível de desconto do grupo A é de R\$0,53/kWh (tarifação na segmentação horária ponta) e R\$0,38/kWh (tarifação na segmentação horária fora ponta), sendo, portanto, mais vantajoso do que o custo da Geração Distribuída, estimado em R\$ 0,65/kWh.

A seguir são apresentadas as principais informações referentes à modelagem econômico-financeira do projeto.

1.1.1. Resultados

A viabilidade econômico-financeira é indicada pela igualdade entre a Taxa Interna de Retorno (TIR) do Projeto e a Taxa de Mínima Atratividade (TMA) do capital, esta última também conhecida pelo termo em inglês WACC (o qual se traduz por Custo Médio Ponderado de Capital). A viabilidade do projeto é alcançada mediante contraprestação mensal máxima avaliada em R\$ 686.983,83.

Para a TIR e o WACC foi considerado a taxa de 9,73% ao ano em termos reais, não inflacionados ao longo do tempo.

Prazo de Concessão	23 anos
Data base	mar/22
Moeda	Real
Prazo para implantação da infraestrutura	12 meses
Investimentos estimados	R\$ 47,33 milhões
Despesas Operacionais	R\$ 37,53 milhões
TIR de Projeto	9,73%
Payback do Projeto	10 anos e 10,5 meses

Financiamento

R\$ 19,93 milhões

Tabela 1: Resumo dos parâmetros financeiros.

1.1.2. Receitas

De acordo com a ICPC-01, a receita bruta da concessionária será constituída pela receita de construção, receita de operação e receita financeira. Essas receitas serão destinadas para cobrir, respectivamente:

- (i) O CAPEX, mediante a amortização, ao longo do período da concessão, dos investimentos a serem realizados;
- (ii) O OPEX, mediante a remuneração pelos serviços executados; e
- (iii) A remuneração dos recursos investidos na construção do ativo, com base na taxa de atratividade mínima estabelecida para o projeto.

A receita bruta da Concessionária será obtida por meio de contraprestação pública mensal durante os meses de operação das Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas. Os primeiros doze meses da concessão são considerados como período de implantação e, portanto, não haverá contraprestação.

Como forma de igualar a Taxa Interna de Retorno (TIR) do Projeto e a Taxa de Mínima Atratividade (TMA) do capital, a contraprestação mensal máxima foi estimada em R\$ 686.983,83 a partir do 1º mês de operação do Projeto, após implantação integral da infraestrutura e disponibilização do serviço. Esse valor se mantém constante durante toda a projeção de receita. Em termos anuais, a Sociedade de Propósito Específico - SPE ganhadora terá uma receita anual de R\$ 8.243.806,00.

A parcela da Contraprestação mensal a ser destinada à amortização do ativo financeiro (58,84%), é definida pela proporção entre o Valor Presente Líquido do CAPEX (R\$41.279.353) e o Valor Presente Líquido do fluxo de pagamento de Contraprestações (R\$ 70.150.707).

1.1.3. Tributos

No regime de Lucro Presumido, as bases de cálculo dos tributos PIS, COFINS, ISS, CSLL e IR são os próprios valores das faturas mensais da Concessionária para o Poder Concedente. Já para o IR adicional, a base de cálculo é o valor que exceder R\$ 60 mil trimestrais frente à presunção (de 32% de margem de lucro) sobre esse faturamento mensal.

No regime de Lucro Real, as bases de cálculo dos tributos PIS, COFINS e ISS são os valores das faturas mensais da Concessionária para o Poder Concedente. Já para CSLL e IR as bases de cálculo são os valores trimestrais de lucro antes de imposto. E para o IR adicional, a base de cálculo é o valor que exceder R\$ 60 mil trimestrais frente à presunção de 32% de margem de lucro sobre esse faturamento mensal.

Tributo	Regime de Tributação	
	Presumido	Real
PIS	0,65%	1,65%

Regime de Tributação		
COFINS	3,00%	7,60%
ISS	5,00%	5,00%
CSLL	9,00%	9,00%
IR	15,00%	15,00%
IR adicional	10,00%	10,00%

Tabela 2: Regime de Tributação

As simulações entre regimes de tributação revelaram ser o Regime de Tributação Presumido o mais adequado para o perfil e porte do Projeto.

A Instrução Normativa RFB 1700 dispõe sobre a determinação e o pagamento do IR e da CSLL e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. De modo similar ao ICPC01, a IN RFB 1700 diferencia os contratos de concessão quanto à formação de um ativo intangível ou financeiro, sendo que este permite o diferimento da tributação do lucro, isto é, da tributação à medida do seu efetivo recebimento (art. 168).

A adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI não foi considerada, tendo em vista o veto presidencial sobre o art. 28 da Lei 14.300/2022, que enquadrava projetos de minigeração distribuída como projetos de infraestrutura de geração de energia elétrica no âmbito do REIDI. Portanto, entende-se que os Projetos de Geração Distribuída não são elegíveis para a aplicação do REIDI.

Ao longo da concessão os tributos devidos estão explicitados na tabela abaixo:

Tributos	Soma Tributo devido (R\$)
ISS	9.068.186,60
PIS/COFINS	6.619.776,22
IR/CSLL	19.180.374,00
TOTAL	34.868.336,82

Tabela 3: Tributos Devidos

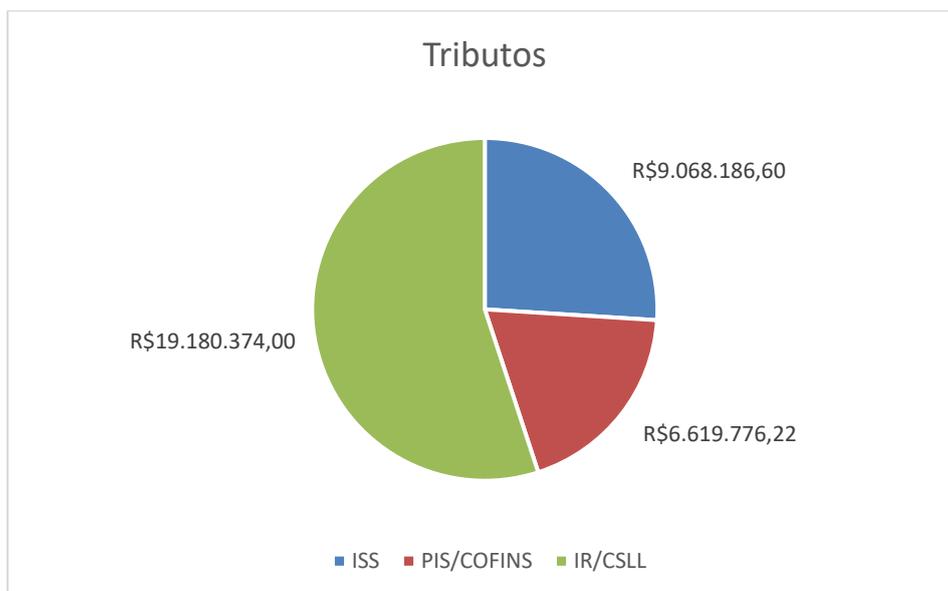


Figura 1: Tributos Devidos

1.1.4. Despesas Operacionais (OPEX)

Ao longo dos 23 anos da concessão, as despesas operacionais (OPEX) são divididas entre:

- (i) Equipe da SPE;
- (ii) Operação e Manutenção;
- (iii) Seguros e Garantias; e
- (iv) Outros Custos

OPEX	Total (R\$)	Percentual
Equipe Administrativa	21.431.458,55	57,1%
Operação e Manutenção	11.070.875,86	29,5%
Seguros e Garantias	1.482.692,33	3,9%
Outros Custos	3.546.818,66	9,5%
TOTAL	37.531.845,40	100,0%

Tabela 4 - Despesas Operacionais - OPEX

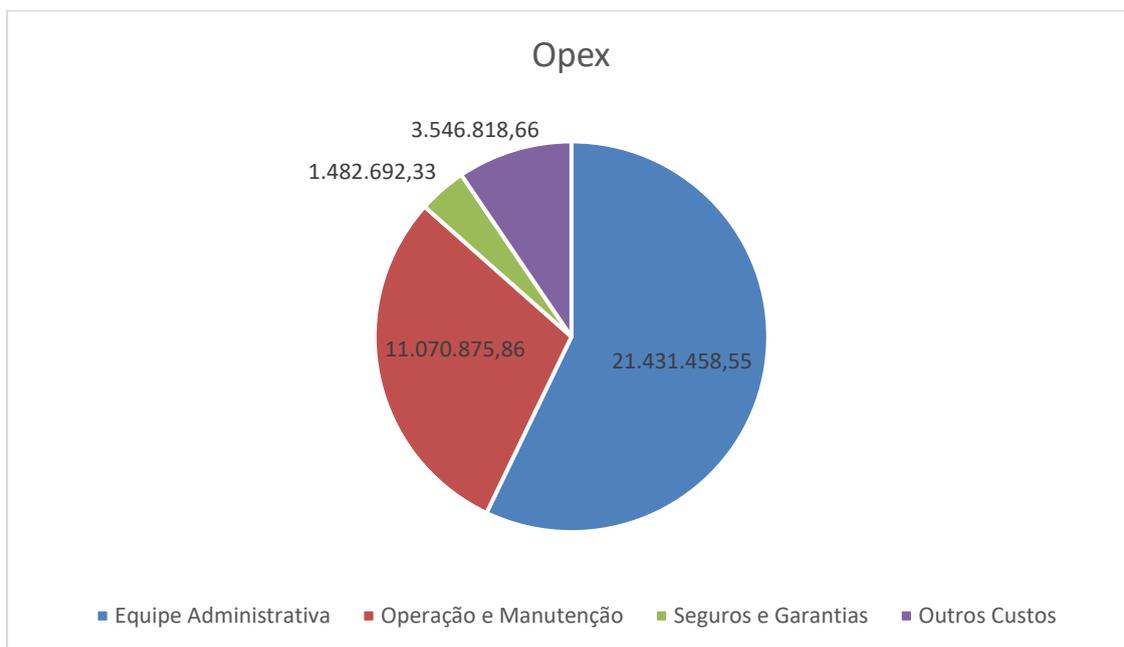


Figura 2 - Despesas Operacionais - OPEX

Foi prevista uma equipe de funcionários para a SPE durante toda a concessão, considerando que as Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas serão instaladas em 3 localizações distintas, sendo duas localizações na região da Energisa e uma na área de concessão da Elektro. Porém, o quantitativo de Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaica ficará a cargo do concessionário. Para os valores unitários foram utilizados como referência de preços e custos a tabela Sicro/Sinapi de fevereiro de 2022, atualizados pela data base do modelo, conforme figura 1, abaixo.

Função	Número de funcionários	Salário Base	Benefícios	Encargos	Treinamentos	VALOR UNITÁRIO /ANO
Administrativo	1,0	2.545	827	1.288	300	59.519
Engenheiro Elétrico	1,0	15.481	827	7.835	300	293.304
Assistente de engent	2,0	5.226	827	7.835	300	107.973
Segurança	8,0	1.668	827	1.428	300	50.673

Figura 3 - Equipe projetada para SPE

Para a modelagem financeira utilizou-se como premissa o valor de R\$ 65,00/kW/ano para o serviço de operação e manutenção. Tal referência foi retirada dos Estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2050, da Empresa de Pesquisa Energética, do Ministério de Minas e Energia (EPE/MME), divulgado em janeiro de 2021.

As premissas de seguros e garantias são apresentadas na seguinte tabela:

GARANTIAS	% Prêmio Anual	Cobertura	Apólice Base de Cálculo	Mês Inicial	Mês Final
Garantias de Contrato - Período de Modernização					
Garantia de execução - Construção Ano 1	0,60%	3,70%	CONTRATO	Mês 1	Mês 12
Garantias de Contrato - Período de Operação					
Garantia de execução operação	0,60%	1,85%	CONTRATO	Mês 13	Mês 144
Garantia de execução operação	0,60%	3,70%	CONTRATO	Mês 145	Mês 276
Fiança Bancária					
Fiança Bancária	2,00%	100,00%	Saldo da dívida	Mês 1	Mês 13

SEGUROS	% Prêmio Anual	Cobertura	Apólice Base de Cálculo	Mês Inicial	Mês Final
Seguros - Período de Modernização					
Riscos de Engenharia	0,20%	100,00%	CAPEX CONSTRUÇÃO	Mês 1	Mês 12
Responsabilidade Civil- Obras	0,20%	100,00%	Resp. Civil - Construção	Mês 1	Mês 12
Seguros - Período de Operação					
Responsabilidade Civil - Operação	0,75%	100,00%	Resp. Civil - Operação	Mês 13	Mês 276
Multiriscos	0,20%	100,00%	all risk	Mês 13	Mês 276

Tabela 5: Premissas de Seguros e Garantias

No que se refere a outros custos, foram previstos R\$ 20.000,00 por mês para despesas administrativas da SPE e o repasse de 0,5% da contraprestação como encargo da EPE (art. 23, II da Lei 5.829/2022).

A distribuição do OPEX entre seus componentes, bem como a evolução dessas despesas ao longo do período de concessão, é apresentada na figura abaixo.

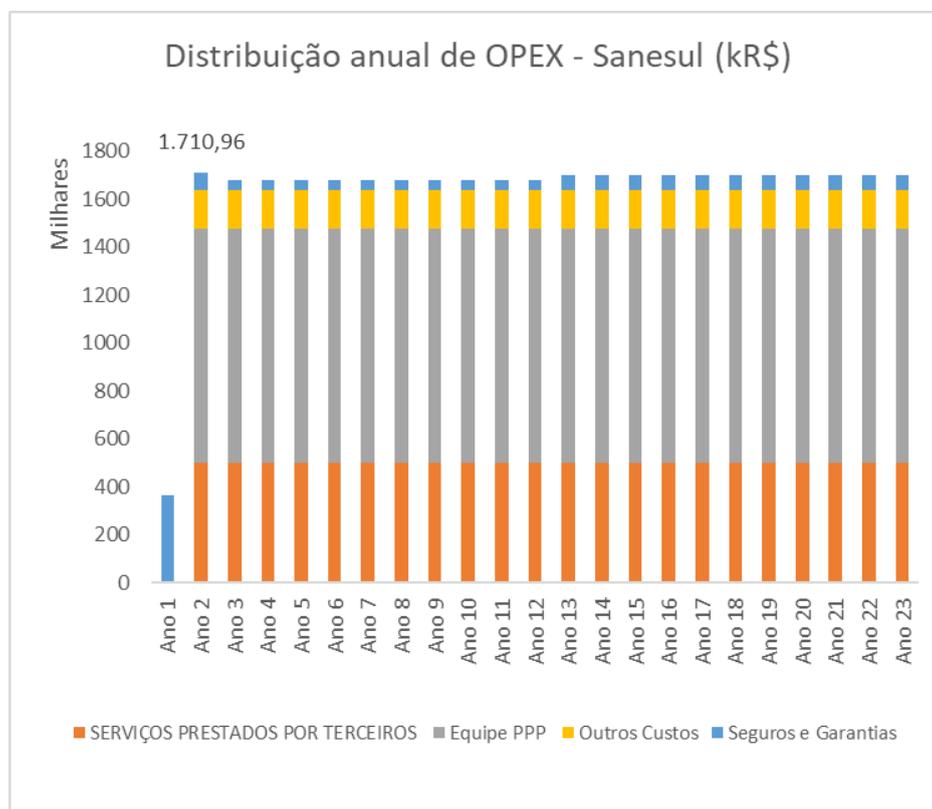


Figura 4: Distribuição anual de OPEX.

1.1.4.1. Despesas Operacionais a cargo do Poder Concedente:

As Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaica, do ponto de vista das distribuidoras, serão consideradas unidades consumidoras de alta tensão (Grupo A), sobre as quais incidirá uma tarifa fixa (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), também denominada demanda contratada, estimada conforme a potência instalada e medida em kW.

Para fins de estruturação de projeto, optou-se por alocar o pagamento da TUSD para o Poder Concedente, em vez de considerá-la como despesa operacional da SPE a ser coberta com recursos da contraprestação pública. Essa opção possui como objetivo desonerar a SPE da incidência de PIS/COFINS, caso o pagamento da tarifa fosse mantido sob sua responsabilidade.

Insta notar que a Lei 14.300/2022 passou a prever que a partir da primeira revisão tarifária da distribuidora subsequente à publicação da Lei, no caso da Energisa em 2023 e da Elektro em 2024, a demanda contratada das unidades consumidoras do Grupo A em que esteja instalada a central de micro ou minigeração deverá ser precificada por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD aplicável à classe geração, em relação à parcela da injeção de energia na rede.

		TUSD (2023)	TUSD (2024)
Total TUSD	M R\$/ano	1.651,22	1.513,40
Custo de Demanda Contratada – TUSD -G (Energisa)	R\$/kW	17,11	17,11
Custo de Demanda Contratada - TUSD (Elektro)	R\$/kW	22,95	-
Custo de Demanda Contratada - TUSD -G (Elektro)	R\$/kW	-	9,96

Tabela 6: Custos TUSD geração devidos

Do mesmo modo, o custo de disponibilidade das unidades consumidoras de baixa tensão (Grupo B) (Resolução Normativa ANEEL 414/2010), também será de responsabilidade do Poder Concedente, uma vez que não é passível de compensação com os créditos gerados. Portanto, ocorrerá compensação de créditos apenas sobre o excedente ao valor de referência do consumo mínimo das unidades consumidoras abrangidas pela PPP (30 kWh, 50 kWh e 100 kWh para as unidades mono, bi e trifásicas, respectivamente). O valor estimado para o consumo mínimo do projeto é de R\$ 477.794,54 por ano.

Custo de disponibilidade (mínimo) - Grupo B	R\$/ano	477.794,54
Custo disponibilidade Energisa	R\$/ano	435.950,54
Custo disponibilidade Elektro	R\$/ano	41.844

Tabela 7: Custo de disponibilidade – Grupo B

1.1.5. Investimentos (CAPEX)

Os investimentos envolvidos podem ser classificados como:

- i. Despesas pré-operacionais:
 - Ressarcimento
 - Custos com a B3

ii. Infraestrutura - Primeiro Ciclo

- Equipe Administrativa
- Terreno
- Kit Fotovoltaico
- Estruturas com tracker
- Mão de obra implantação
- Custo de Conexão
- Contingência
- Ambiental

iii. Reinvestimentos – Segundo Ciclo

- Troca dos inversores no 10º ano

Pré-operacional	Total (R\$/lote)	Percentual
Ressarcimento Estudos PMI	2.240.625,00	90,50%
B3	235.007,54	9,49%
Total (R\$)	2.475.632,54	100,0%

Tabela 8: Despesas pré-operacionais

Os ressarcimentos dos estudos e da realização do leilão na B3 são apresentados acima em valores integrais, mas serão divididos proporcionalmente entre os dois lotes a serem licitados (Governo e Sanesul), conforme as regras estabelecidas no Edital.

A estimativa de custos para instalação das Centrais Fotovoltaicas (primeiro ciclo) utilizou como premissas levantamentos de preços públicos e análises de mercado para a construção.

As premissas utilizadas para o dimensionamento das Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas de 6,19 MW de potência foram projetos conceituais de 2,5MW, se limitando a 5MW por terreno, conforme apresentadas na tabela abaixo:

Descrição Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas		
Potência Inversor (Nominal)	kWac	6.193,50
Sobrecarga	%	25
Potência Inversor (Pico)	kWp	7.741,87
Área necessária (3ha/Wp + 20% reserva legal)	ha	29,03
Custo unitário terreno	R\$/ha	21.994,28
Kit Fotovoltaico	R\$/wp	2,57
Estruturas com tracker	R\$/wp	1,03
Mão de obra implantação	R\$/wp	0,96
Custo de Conexão	R\$/wp	0,08
Ambiental	%	1,00
Contingência	%	5,00
Adicional de capacidade para atendimento curva flat	%	3,50

Descrição Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas

Capex 2º ciclo	%	15,00
----------------	---	-------

Tabela 9: Premissas para estimativa de Capex das Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaica.

O kit fotovoltaico é composto por módulos fotovoltaicos, inversores, combiner box, cabos elétricos, comunicação e o sistema de supervisão e aquisição de dados (SCADA). As placas fotovoltaicas consideradas tem tecnologia com seguidores solares (trackers), possibilitando que os módulos girem de leste a oeste acompanhando a luz solar ao longo do dia. Com essa tecnologia há maior absorção da luz pelos módulos durante todos os horários de incidência solar. Justifica-se a utilização dado que tais sistemas são capazes de gerar, em média 16% a mais de energia do que um sistema de placas fixo.

Foram consideradas placas com tracker, bifaciais, que possuem células fotovoltaicas com duas faces em vez de uma para absorver a energia solar radiante. Os painéis foram escolhidos pois, por absorverem irradiação da superfície, são capazes de produzir mais energia.

As placas com bifaciais utilizam o efeito Albedo, onde a luz solar refletida do solo ou de alguma superfície é absorvida. Considerou-se que tais placas produzem 8% a mais do que uma placa somente com tracker.

Os valores para os kits fotovoltaicos foram obtidos a partir do estudo estratégico de geração distribuída da Greener para o 1 semestre de 2022.

É necessário considerar, ainda, que há uma degradação natural das placas fotovoltaicas de 2,50% no primeiro ano e de 0,50% nos demais anos, com garantia de 25 anos. Portanto é esperado um reinvestimento de placas solares, inversores e outros equipamentos necessários para o correto funcionamento do sistema no ano 10. Espera-se que ao fim do contrato as Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas sejam entregues com a produção de energia mínima contratual.

Para a implantação da Central de Energia Elétrica Fotovoltaica considerou-se uma área de 3 hectares por MW instalado. Adicionalmente, de acordo com a Lei 12.651/2012, todo imóvel rural deve manter uma área com cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal, para a qual considerou-se um adicional de 20%.

Os custos estimados para os gastos ambientais foram baseados em valores de mercado e da PPP de Pernambuco. O parâmetro utilizado para os gastos ambientais ao longo da concessão é de 1% do Capex.

O valor total do 1º ciclo do CAPEX é apresentado no quadro abaixo:

CAPEX	Total (R\$)	Percentual
Equipe Administrativa	460.797	1,18%
Terreno	638.538	1,63%
Kit Fotovoltaico	19.865.642	50,68%
Estruturas com tracker	7.946.257	20,27%
Mão de obra implantação	7.469.481	19,06%
Custo de Conexão	619.350	1,58%

CAPEX	Total (R\$)	Percentual
Contingência	1.844.604	4,70%
Ambiental	352.814	0,90%
Total (R\$)	39.197.482	100%

Tabela 10: CAPEX

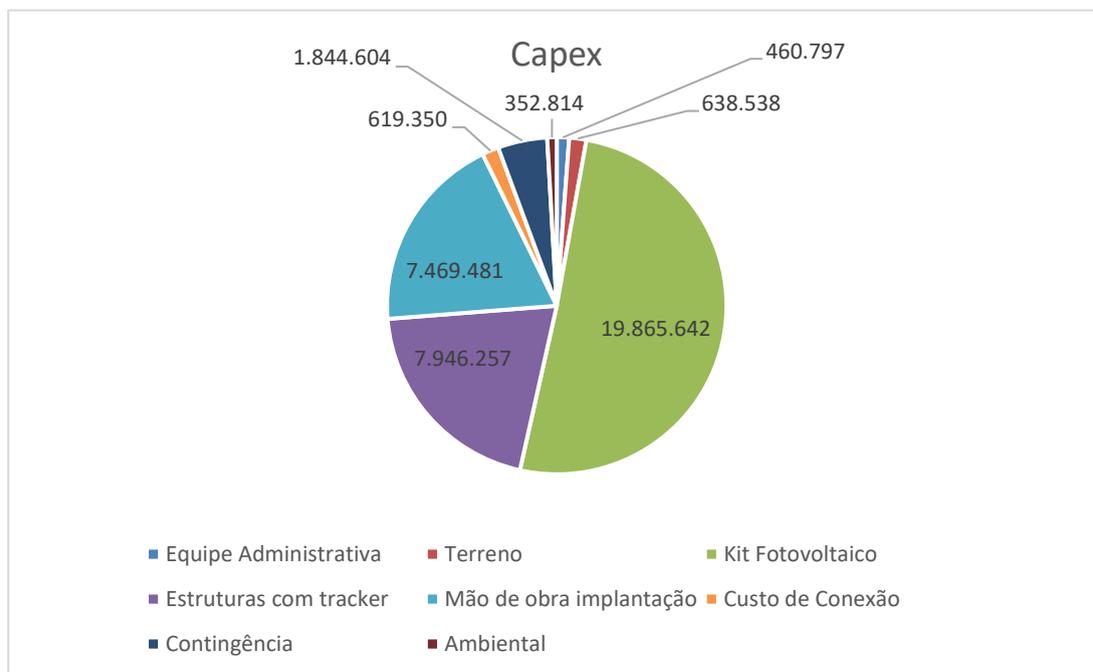


Figura 5: 1º ciclo Capex

Os reinvestimentos do projeto serão destinados à troca de placas solares, inversores e demais equipamentos necessários para o correto funcionamento da Central de Energia Elétrica Fotovoltaica. Para fins do modelo financeiro, a substituição dos equipamentos será realizada no 10º ano de operação. Em referência aos valores utilizados no mercado, considerou-se, o percentual de 15% do Capex, conforme referência utilizada pelo Plano Decenal de Energia 2031, elaborado pela EPE.

Reinvestimentos (CAPEX 2º ciclo)	Total Reinvestimento (R\$)
Reinvestimentos	5.661.799,98

Tabela 11: Valor dos Reinvestimentos

O consolidado dos investimentos previstos pela SPE é apresentado na Tabela abaixo:

Componente CAPEX	Custo Total (R\$)	Custo Total (%)
Despesas Pré Operacionais	2.475.632,54	5,23%
Infraestrutura – 1º ciclo	39.197.482,24	82,81%
Reinvestimentos – 2º ciclo	5.661.799,98	11,96%
Total	47.334.914,75	100,0%

Tabela 12: Consolidado dos custos com CAPEX ao longo de todo prazo de concessão.

1.1.6. Financiamentos

Do total de investimentos previstos para os dois primeiros anos da concessão, foi considerada a premissa de que os ativos são integralmente elegíveis para realização de financiamento pela linha BNDES Finame¹ - Baixo Carbono, com exceção das despesas pré-operacionais, da aquisição do terreno e da reserva de contingência. O reinvestimento será realizado no 10 ano e, por ser destinado aos equipamentos necessários, será elegível para o financiamento. Do montante elegível, considerou-se que 55% seriam cobertos pela captação de financiamentos.

Dessa forma, foi considerada a captação de recursos de terceiros de acordo com as premissas:

Linha de Financiamento BNDES – Finame Baixo Carbono	Sanesul
Valor Captado(R\$)	19.939.449
% Alavancado	55%
Prazo do Financiamento (meses)	120
Carência Principal (meses)	24
Taxa (base + spread + risco)	6,89%+IPCA
Índice de Cobertura mínimo	1,36

Tabela 13: Características do Financiamento BNDES.

A alavancagem máxima do projeto levou em consideração o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, indicador especialmente relevante nas operações de *Project Finance* que demonstra ao agente financiador a capacidade de o empreendimento cobrir os serviços da dívida com geração própria de caixa. O limite inferior do ICSD considerado para o modelo foi de 1,36.

1.1.7. Taxa de Desconto

A Taxa Interna de Retorno (TIR), é uma taxa de desconto que, aplicada aos fluxos de caixa projetados do projeto, torne o Valor Presente Líquido igual a zero. A partir desse conceito é possível comparar a rentabilidade de diversos projetos de investimento.

No âmbito da viabilidade econômico-financeira, os projetos cujos fluxos de caixa tenham uma taxa interna de retorno maior do que a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) são considerados viáveis já que, como consequência, tais projetos remuneram o dinheiro investido de forma mais intensa que o mínimo exigido pelo investidor.

O endividamento é levado em consideração ao comparar a TIR do referido fluxo de caixa com a TMA de um investidor que já leva em consideração sua alavancagem, ou seja, igualando-a ao custo ponderado entre o capital do sócio e o de sua fonte financiadora (Custo Médio Ponderado de Capital).

Ressalta-se que não é considerado o benefício fiscal no custo da dívida, uma vez que

¹ IFinanciamento BNDES/Finame Baixo Carbono:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finame-baixo-carbono>.

esse benefício fiscal não é aplicável no regime de tributação por lucro presumido.

Considerando que a TIR é a taxa de desconto utilizada para a apuração do Valor Presente Líquido do fluxo de caixa de cada período, o modelo resultou em uma taxa mínima de atratividade de 9,73% a.a., conforme apresentado na figura a seguir:

Item Mesurado	Composição do Capital	Coefficiente
Recursos Próprios - Real	60,0%	11,44%
Recursos Terceiros- Real	40,0%	7,16%
WACC		9,73%

Tabela 14: Cálculo da taxa WACC

Para a construção da taxa WACC utilizada no modelo foram utilizadas:

	Taxa	Referência	Abrangência
Custo de Capital			
Taxa livre de risco	2,94%	T-Bonds 10 years	25 anos
Risco de Mercado	4,51%	S&P500	25 anos
Beta (desalavancado)	1,07	Green & Renewable Energy-Adamodaran	
Inflação Brasil	3%	Banco Central do Brasil	
Inflação EUA	2,1%	Projeção FED	
Risco Brasil	3,9%	EMBI +	20 anos
Ke = Custo do Capital Próprio Nominal USD	13,78%		
Ke = Custo do Capital Próprio Nominal BRL	14,79%		
Ke = Custo do Capital Próprio Real	11,44%		
Kd = Custo de Capital de Terceiros	7,16%		

Tabela 15: Variáveis utilizadas na Taxa WACC

2. Demonstrações Financeiras

Para fins de elaboração do projeto foram adotadas premissas tributárias e contábeis aderentes à legislação brasileira atual e convergentes com as normas contábeis internacionais, emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board*), bem como com as normas publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelos órgãos regulatórios nacionais.

A Interpretação Técnica ICPC-01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aplicável a concessões de serviços públicos, indica que, no tratamento dos direitos do concessionário sobre a infraestrutura integrante do contrato de concessão, a referida não será registrada como ativo imobilizado do concessionário por não haver a transferência do direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. A Interpretação complementa ainda que “o concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente”.

Ainda de acordo com a Interpretação Técnica em questão, se o concessionário presta

serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber deve ser registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, podendo essa remuneração corresponder a direitos sobre ativo intangível, caso concessionário detenha o direito de cobrar os usuários do serviço público, ou ativo financeiro, à medida em que tenha o direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente.

Portanto, nesta avaliação econômico-financeira, o valor da infraestrutura relacionada à concessão é reconhecido e tratado como ativo financeiro, sendo este amortizado quando do recebimento da contraprestação pública.

Outras peculiaridades trazidas pela adoção do ICPC-01, quando comparada à apresentação de demonstrativos contábeis de empresas que são proprietárias da base de ativos por elas construída, são:

- i. O total de recebimentos (contraprestações) do projeto passa a ser dividido entre duas contas da DRE: receita bruta e receita financeira sobre o ativo financeiro;
- ii. A base de ativos construída não é registrada como ativo imobilizado (ou similares) em posse da concessionária;
- iii. Não há depreciação base de ativos construída, uma vez que não há ativo imobilizado (ou similares), como citado acima;
- iv. Há uma conta de ativo financeiro (em vez da conta de imobilizado), a qual tem, por um lado, seu valor mensalmente aumentando com a receita bruta gerada e com a receita financeira sobre o ativo financeiro e, por outro lado, tem valor mensalmente reduzido pelo efetivo recebimento de remuneração (contraprestação);
- v. A conta de receita financeira sobre o ativo financeiro é calculada pelo valor dos juros sobre o ativo financeiro;
- vi. Os juros sobre o ativo financeiro são tais que, até o final do Contrato de Concessão, o ativo financeiro seja nulo, isto é, compensando toda a expectativa de recebimentos com os recebimentos que a Concessionária efetivamente registrou ao longo do Projeto.

Os demonstrativos financeiros DRE, Fluxo de Caixa e Balanço Patrimonial, presentes no presente Caderno Financeiro já estão em acordo com a instrução ICPC-01.

2.1. Demonstração de Resultados no Exercício

Na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), é apresentada a formação do resultado líquido em um exercício através do confronto entre a receita bruta, as deduções associadas a essas receitas, os custos dos serviços prestados, as despesas administrativas envolvidas na estruturação do negócio e o resultado financeiro do Projeto. Levam-se em conta, ainda, fatores não operacionais que tenham ocorrido no período. Todos esses itens serão apurados segundo o princípio contábil do regime de competência, o qual apropria (ou seja, considera ocorrido o fato gerador) receitas e despesas ao período de sua realização, independentemente do efetivo recebimento das receitas ou do pagamento das despesas. Nas Tabelas abaixo, são apresentadas as DREs ao longo do período de concessão.

Demonstração do Resultado do Exercício	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Receita Bruta	2.733.558	42.733.996	7.271.019	7.181.842	7.083.988	6.976.614	6.858.794	6.729.510	6.587.647	6.431.982	12.055.929	6.637.536
Receita de Operação	103.222	1.527.154	3.336.626	3.336.626	3.336.626	3.336.626	3.336.626	3.336.626	3.336.626	3.336.626	3.336.626	3.336.626
Receita de Construção	2.590.832	39.082.283	-	-	-	-	-	-	-	-	5.661.800	-
Receita de Remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	39.504	2.124.558	3.934.393	3.845.216	3.747.363	3.639.989	3.522.168	3.392.884	3.251.021	3.095.357	3.057.504	3.300.911
Receitas Acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos sobre Receitas	(236.453)	(3.696.491)	(628.943)	(621.229)	(612.765)	(603.477)	(593.286)	(582.103)	(569.831)	(556.366)	(1.042.838)	(574.147)
Receita Líquida	2.497.105	39.037.505	6.642.076	6.560.612	6.471.223	6.373.137	6.265.508	6.147.407	6.017.816	5.875.616	11.013.091	6.063.390
Custos de Operação	(51.902)	(767.887)	(1.677.729)	(1.677.729)	(1.677.729)	(1.677.729)	(1.677.729)	(1.677.729)	(1.677.729)	(1.677.729)	(1.677.729)	(1.677.729)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Bruto	2.445.203	38.269.618	4.964.347	4.882.883	4.793.494	4.695.408	4.587.779	4.469.678	4.340.086	4.197.887	9.335.362	4.385.660
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>97,9%</i>	<i>98,0%</i>	<i>74,7%</i>	<i>74,4%</i>	<i>74,1%</i>	<i>73,7%</i>	<i>73,2%</i>	<i>72,7%</i>	<i>72,1%</i>	<i>71,4%</i>	<i>84,8%</i>	<i>72,3%</i>
S&G	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Ativo Financeiro e Des	39.504	911.816	(916.577)	(1.005.754)	(1.103.607)	(1.210.981)	(1.328.802)	(1.458.086)	(1.599.949)	(1.755.614)	(1.793.466)	(1.550.059)
LAJIR	2.484.707	39.181.433	4.047.770	3.877.129	3.689.887	3.484.427	3.258.976	3.011.592	2.740.138	2.442.273	7.541.896	2.835.601
<i>Margem Operacional Líquida (%)</i>	<i>99,5%</i>	<i>100,4%</i>	<i>60,9%</i>	<i>59,1%</i>	<i>57,0%</i>	<i>54,7%</i>	<i>52,0%</i>	<i>49,0%</i>	<i>45,5%</i>	<i>41,6%</i>	<i>68,5%</i>	<i>46,8%</i>
Resultado Financeiro	-	(812.424)	(1.328.770)	(1.277.071)	(1.114.409)	(948.286)	(782.163)	(616.040)	(449.917)	(283.794)	(117.671)	(3.461)
LAIR	2.484.707	38.369.009	2.719.000	2.600.058	2.575.478	2.536.141	2.476.814	2.395.552	2.290.221	2.158.479	7.424.225	2.832.140
IR/CS	(291.411)	(4.625.459)	(767.087)	(757.384)	(746.738)	(735.056)	(722.237)	(708.171)	(692.736)	(675.800)	(1.287.685)	(698.164)
Lucro Líquido	2.193.296	33.743.550	1.951.913	1.842.674	1.828.740	1.801.085	1.754.577	1.687.381	1.597.485	1.482.680	6.136.540	2.133.976
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>87,8%</i>	<i>86,4%</i>	<i>29,4%</i>	<i>28,1%</i>	<i>28,3%</i>	<i>28,3%</i>	<i>28,0%</i>	<i>27,4%</i>	<i>26,5%</i>	<i>25,2%</i>	<i>55,7%</i>	<i>35,2%</i>

Tabela 16: Demonstração de Resultados consolidada dos anos 2022 a 2033

Demonstração do Resultado do Exercício	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Receita Bruta	6.496.735	6.361.278	6.179.694	5.980.443	5.761.805	5.521.896	5.258.645	4.969.782	4.652.813	4.305.006	3.923.360	2.669.860
Receita de Operação	3.346.635	3.376.662	3.376.662	3.376.662	3.376.662	3.376.662	3.376.662	3.376.662	3.376.662	3.376.662	3.376.662	2.532.497
Receita de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	3.150.100	2.984.616	2.803.032	2.603.780	2.385.143	2.145.234	1.881.983	1.593.119	1.276.151	928.344	546.697	137.363
Receitas Acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos sobre Receitas	(561.968)	(550.251)	(534.544)	(517.308)	(498.396)	(477.644)	(454.873)	(429.886)	(402.468)	(372.383)	(339.371)	(230.943)
Receita Líquida	5.934.767	5.811.028	5.645.151	5.463.134	5.263.409	5.044.252	4.803.772	4.539.895	4.250.345	3.932.623	3.583.989	2.438.917
Custos de Operação	(1.682.762)	(1.697.861)	(1.697.861)	(1.697.861)	(1.697.861)	(1.697.861)	(1.697.861)	(1.697.861)	(1.697.861)	(1.697.861)	(1.697.861)	(1.273.395)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Bruto	4.252.005	4.113.167	3.947.290	3.765.274	3.565.549	3.346.391	3.105.912	2.842.035	2.552.484	2.234.763	1.886.128	1.165.521
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>71,6%</i>	<i>70,8%</i>	<i>69,9%</i>	<i>68,9%</i>	<i>67,7%</i>	<i>66,3%</i>	<i>64,7%</i>	<i>62,6%</i>	<i>60,1%</i>	<i>56,8%</i>	<i>52,6%</i>	<i>47,8%</i>
S&G	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Ativo Financeiro e Des	(1.700.870)	(1.866.354)	(2.047.939)	(2.247.190)	(2.465.827)	(2.705.736)	(2.968.987)	(3.257.851)	(3.574.819)	(3.922.626)	(4.304.273)	(3.500.865)
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LAJIR	2.551.135	2.246.813	1.899.351	1.518.084	1.099.721	640.655	136.924	(415.816)	(1.022.335)	(1.687.864)	(2.418.145)	(2.335.343)
<i>Margem Operacional Líquida (%)</i>	<i>43,0%</i>	<i>38,7%</i>	<i>33,6%</i>	<i>27,8%</i>	<i>20,9%</i>	<i>12,7%</i>	<i>2,9%</i>	<i>-9,2%</i>	<i>-24,1%</i>	<i>-42,9%</i>	<i>-67,5%</i>	<i>-95,8%</i>
Resultado Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LAIR	2.551.135	2.246.813	1.899.351	1.518.084	1.099.721	640.655	136.924	(415.816)	(1.022.335)	(1.687.864)	(2.418.145)	(2.335.343)
IR/CS	(682.845)	(668.107)	(648.351)	(626.672)	(602.884)	(576.782)	(548.141)	(516.712)	(482.226)	(444.385)	(402.862)	(272.481)
Lucro Líquido	1.868.290	1.578.706	1.251.001	891.412	496.837	63.873	(411.216)	(932.528)	(1.504.561)	(2.132.248)	(2.821.006)	(2.607.824)
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>31,5%</i>	<i>27,2%</i>	<i>22,2%</i>	<i>16,3%</i>	<i>9,4%</i>	<i>1,3%</i>	<i>-8,6%</i>	<i>-20,5%</i>	<i>-35,4%</i>	<i>-54,2%</i>	<i>-78,7%</i>	<i>-106,9%</i>

Tabela 17: Demonstração de Resultados consolidada dos anos de 2034 a 2045

2.2. Demonstração de Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é um relatório financeiro que fornece dados agregados sobre todos os fluxos de caixa que uma empresa recebe de suas operações em curso e fontes de investimento externos, bem como sobre todas as saídas de caixa que cobrem as atividades empresariais e os investimentos durante um determinado período.

O payback do projeto, ou o tempo necessário para retorno financeiro dos investimentos mediante geração de caixa, é estimado em 10 anos e 10,5 meses.

Nas Tabelas abaixo são apresentadas as Demonstrações de Fluxo de Caixa ao longo do período de Concessão Administrativa.

Fluxo de Caixa	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Direto												
Fluxo Operacional	(34.601)	440.070	4.877.019	4.889.228	4.900.761	4.912.275	4.924.171	4.936.724	4.950.149	4.964.630	4.474.059	4.947.327
Recebimento Governo	-	1.373.968	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806
Recebimento Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento Salários	-	(162.360)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)
Pagamento Fornecedores	(34.601)	(483.017)	(703.572)	(703.572)	(703.572)	(703.572)	(703.572)	(703.572)	(703.572)	(703.572)	(703.572)	(703.572)
Pagamento Tributos - Indiretos	-	(139.890)	(800.866)	(793.212)	(784.813)	(775.597)	(765.484)	(754.387)	(742.210)	(728.849)	(1.211.571)	(746.492)
Pagamento Tributos - Diretos	-	(148.630)	(888.191)	(883.637)	(880.503)	(878.205)	(876.423)	(874.966)	(873.717)	(872.598)	(880.447)	(872.257)
Redução/ Acrescimento nos Impostos D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Investimentos	(2.590.832)	(39.082.283)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.661.800)	-
Capex	(2.590.832)	(39.082.283)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.661.800)	-
Fluxo Financiamento	-	18.794.832	(1.536.526)	(3.731.432)	(3.565.309)	(3.399.186)	(3.233.063)	(3.066.940)	(2.900.817)	(2.734.694)	(2.360.868)	(0)
Conta Reserva	-	(332.192)	(207.756)	(377.335)	41.531	41.531	41.531	41.531	41.531	41.531	249.233	418.866
Redução/ Acrescimento nos Impostos D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição - Dívida	-	19.939.449	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização - Dívida	-	-	-	(2.077.026)	(2.492.431)	(2.492.431)	(2.492.431)	(2.492.431)	(2.492.431)	(2.492.431)	(2.492.431)	(415.405)
Juros	-	(752.606)	(1.328.770)	(1.277.071)	(1.114.409)	(948.286)	(782.163)	(616.040)	(449.917)	(283.794)	(117.671)	(3.461)
Fees	-	(59.818)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Acionista	9.466.983	13.976.395	(3.891.625)	(1.157.795)	(1.335.451)	(1.513.089)	(1.691.107)	(1.869.784)	(2.049.332)	(2.229.936)	3.548.609	(4.947.327)
Fluxo Acionista	9.466.983	13.976.395	(3.891.625)	(1.157.795)	(1.335.451)	(1.513.089)	(1.691.107)	(1.869.784)	(2.049.332)	(2.229.936)	3.548.609	(4.947.327)
Fluxo de Caixa do Exercício	6.841.550	(5.870.986)	(551.132)	-	-	(0)	(0)	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa do Projeto	(2.625.433)	(38.642.213)	4.877.019	4.889.228	4.900.761	4.912.275	4.924.171	4.936.724	4.950.149	4.964.630	(1.187.741)	4.947.327

Tabela 18: Demonstração de Fluxos de Caixa consolidada dos anos de 2022 a 2033

Fluxo de Caixa	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Direto												
Fluxo Operacional	4.957.124	4.952.394	4.968.778	4.986.713	5.006.363	5.027.909	5.051.547	5.077.493	5.105.985	5.137.284	5.171.681	4.338.466
Recebimento Governo	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	8.243.806	6.869.838
Recebimento Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento Salários	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(811.798)
Pagamento Fornecedores	(706.927)	(723.703)	(723.703)	(723.703)	(723.703)	(723.703)	(723.703)	(723.703)	(723.703)	(723.703)	(723.703)	(603.086)
Pagamento Tributos - Indiretos	(734.125)	(722.807)	(707.221)	(690.119)	(671.352)	(650.760)	(628.164)	(603.370)	(576.164)	(546.310)	(513.552)	(400.647)
Pagamento Tributos - Diretos	(871.473)	(870.744)	(869.946)	(869.114)	(868.230)	(867.276)	(866.234)	(865.082)	(863.797)	(862.351)	(860.712)	(715.842)
Redução/ Acrescimo nos Impostos D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Investimentos	-											
Capex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Financiamento	-											
Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução/ Acrescimo nos Impostos D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição - Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização - Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fees	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Acionista	(4.952.091)	(4.952.394)	(4.968.778)	(4.986.713)	(5.006.363)	(5.027.909)	(5.051.547)	(5.077.493)	(5.105.985)	(5.137.284)	(5.171.681)	(4.762.932)
Fluxo Acionista	(4.952.091)	(4.952.394)	(4.968.778)	(4.986.713)	(5.006.363)	(5.027.909)	(5.051.547)	(5.077.493)	(5.105.985)	(5.137.284)	(5.171.681)	(4.762.932)
Fluxo de Caixa do Exercício	5.033	-	(424.465)									
Fluxo de Caixa do Projeto	4.957.124	4.952.394	4.968.778	4.986.713	5.006.363	5.027.909	5.051.547	5.077.493	5.105.985	5.137.284	5.171.681	4.338.466

Tabela 19: Demonstração de Fluxos de Caixa consolidada dos anos 2034 a 2045

2.3. Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é um demonstrativo financeiro que resume os ativos, passivos e patrimônio líquido de uma empresa em um ponto específico no tempo. Estes três segmentos do balanço dão aos investidores uma ideia sobre os bens e dívidas e obrigações de uma empresa, assim como o montante possuído pelos acionistas. No balanço patrimonial, o segmento referente ao ativo deverá ser sempre igual ao segmento referente ao passivo somado ao patrimônio líquido.

As Tabelas abaixo apresentam o Balanço Patrimonial ao longo dos 23 anos da Concessão Administrativa.

Balço Patrimonial	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Ativo												
Ativo Circulante	9.575.107	45.396.342	44.080.180	43.395.551	42.194.202	40.885.480	39.458.937	37.903.110	36.205.420	34.352.065	37.914.955	35.889.820
Caixa	6.841.550	970.564	419.432	419.432	419.432	419.432	419.432	419.432	419.432	419.432	419.432	419.432
Conta Reserva	-	332.192	539.949	917.284	875.753	834.223	792.692	751.161	709.630	668.099	418.866	-
Contas a Receber - Governo	-	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984
Contas a Receber - Aporte de Recurs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber - a FATURAR - OPEI	2.733.558	43.406.602	42.433.815	41.371.851	40.212.033	38.944.841	37.559.829	36.045.532	34.389.373	32.577.550	36.389.673	34.783.403
Ativo Não Circulante	2.630.336	42.624.434	41.707.858	40.702.104	39.598.496	38.387.515	37.058.712	35.600.626	34.000.678	32.245.064	36.113.397	34.563.338
Ativo Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro - CAPEX	2.609.905	42.293.360	41.383.902	40.385.960	39.290.925	38.089.349	36.770.868	35.324.107	33.736.586	31.994.609	35.832.896	34.294.876
Ativo Financeiro - Receita Financeira	20.430	331.074	323.955	316.143	307.571	298.165	287.844	276.519	264.092	250.455	280.502	268.462
Ativo Total	12.205.443	88.020.777	85.788.037	84.097.654	81.792.698	79.272.995	76.517.649	73.503.736	70.206.097	66.597.129	74.028.353	70.453.158
Passivo												
Passivo Circulante	545.165	28.640.552	28.347.525	25.972.264	23.174.019	20.366.319	17.547.504	14.715.994	11.870.202	9.008.491	6.754.565	5.992.721
Salários a Pagar	-	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180
Fornecedores	17.301	58.631	58.631	58.631	58.631	58.631	58.631	58.631	58.631	58.631	58.631	58.631
Obrigações Tributárias - Indiretos	236.453	3.793.053	3.621.130	3.449.147	3.277.099	3.104.980	2.932.782	2.760.498	2.588.119	2.415.636	2.246.903	2.074.558
Obrigações Tributárias - Diretos	-	74.242	73.785	73.481	73.263	73.098	72.966	72.855	72.758	72.669	72.719	72.652
Tributos Diferidos PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos IR/CSLL	291.411	4.693.998	4.573.350	4.447.402	4.313.855	4.170.870	4.016.816	3.850.132	3.669.247	3.472.539	3.879.727	3.705.701
Seguros e Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida	-	19.939.449	19.939.449	17.862.423	15.369.992	12.877.561	10.385.129	7.892.698	5.400.267	2.907.836	415.405	-
Patrimônio Líquido	11.660.279	59.380.224	57.440.512	58.125.391	58.618.679	58.906.675	58.970.145	58.787.742	58.335.895	57.588.639	67.273.788	64.460.437
Capital Social	9.466.983	23.443.378	23.443.378	23.443.378	23.443.378	23.443.378	23.443.378	23.443.378	23.443.378	23.443.378	29.193.989	29.193.989
Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	2.193.296	35.936.846	33.997.134	34.682.012	35.175.301	35.463.297	35.526.767	35.344.364	34.892.517	34.145.261	38.079.799	35.266.448
Passivo Total	12.205.443	88.020.777	85.788.037	84.097.654	81.792.698	79.272.995	76.517.649	73.503.736	70.206.097	66.597.129	74.028.353	70.453.158

Tabela 20: Balço Patrimonial consolidado dos anos 2022 a 2033

Balço Patrimonial	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Ativo												
Ativo Circulante	34.147.781	32.265.254	30.201.142	27.937.778	25.455.778	22.733.868	19.748.707	16.474.683	12.883.690	8.944.890	4.624.444	
Caixa	424.465	424.465	424.465	424.465	424.465	424.465	424.465	424.465	424.465	424.465	424.465	424.465
Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber - Governo	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984	686.984
Contas a Receber - Aporte de Recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber - a FATURAR - OPEI	33.036.332	31.153.805	29.089.693	26.826.329	24.344.329	21.622.419	18.637.258	15.363.234	11.772.241	7.833.441	3.512.995	
Ativo Não Circulante	32.862.468	30.996.114	28.948.175	26.700.985	24.235.158	21.529.422	18.560.434	15.302.583	11.727.764	7.805.138	3.500.865	
Ativo Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro - CAPEX	32.607.217	30.755.359	28.723.328	26.493.592	24.046.918	21.362.197	18.416.271	15.183.724	11.636.672	7.744.513	3.473.673	
Ativo Financeiro - Receita Financeira	255.251	240.754	224.848	207.393	188.240	167.224	144.163	118.859	91.092	60.624	27.192	
Ativo Total	67.010.249	63.261.367	59.149.317	54.638.764	49.690.936	44.263.289	38.309.141	31.777.266	24.611.454	16.750.028	8.125.308	
Passivo												
Passivo Circulante	5.633.613	5.258.420	4.864.147	4.448.894	4.010.593	3.546.983	3.055.598	2.533.744	1.978.478	1.386.585	754.553	
Salários a Pagar	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180
Fornecedores	60.309	60.309	60.309	60.309	60.309	60.309	60.309	60.309	60.309	60.309	60.309	60.309
Obrigações Tributárias - Indiretos	1.902.400	1.729.844	1.557.166	1.384.356	1.211.400	1.038.284	864.992	691.508	517.813	343.885	169.704	
Obrigações Tributárias - Diretos	72.592	72.526	72.459	72.387	72.311	72.227	72.136	72.034	71.920	71.792	71.645	
Tributos Diferidos PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos IR/CSLL	3.517.133	3.314.561	3.093.034	2.850.663	2.585.394	2.294.983	1.976.982	1.628.714	1.247.257	829.420	371.716	
Seguros e Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	61.376.636	58.002.948	54.285.170	50.189.869	45.680.343	40.716.307	35.253.543	29.243.521	22.632.976	15.363.443	7.370.756	
Capital Social	29.193.989	29.193.989	29.193.989	29.193.989	29.193.989	29.193.989	29.193.989	29.193.989	29.193.989	29.193.989	29.193.989	29.193.989
Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	32.182.647	28.808.958	25.091.181	20.995.880	16.486.354	11.522.318	6.059.554	49.532	(6.561.013)	(13.830.546)	(21.823.233)	
Passivo Total	67.010.249	63.261.367	59.149.317	54.638.764	49.690.936	44.263.289	38.309.141	31.777.266	24.611.454	16.750.028	8.125.308	

Tabela 21: Balço Patrimonial consolidado dos anos 2034 a 2045